

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS

Ana Cláudia Carvalho de Miranda*

RESUMO

Apresenta uma proposta de formação e desenvolvimento das coleções para bibliotecas especializadas, servindo de base para o planejamento das diretrizes e facilitando o crescimento racional e equilibrado do acervo. Propõe critérios de qualidade para os processos de seleção, aquisição e avaliação das informações. Destaca a velocidade com que a informação é renovada e o correspondente reflexo desse fato na atualização dos acervos. Conclui, sugerindo a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções que funcionará como parâmetro para auxiliar o bibliotecário na tomada de decisões, tanto em relação ao processo de seleção e aquisição do material a ser incorporado ao acervo, como na manutenção da qualidade e atualização das coleções.

Palavras-chave

GERENCIAMENTO DE MATERIAIS INFORMACIONAIS
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES
GESTÃO DA COLEÇÃO
BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

* Especialista em Gestão da Qualidade Total pela UFRN. Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela FACEX. Bacharel em Biblioteconomia pela UFC. Chefe da Biblioteca do Tribunal de Justiça do RN.
E-mail: anaclaudia@tjrn.gov.br

I INTRODUÇÃO

Especialmente, nos dias de hoje, a informação tornou-se a mais valiosa força de transformação do homem, ou seja, informação pode traduzir-se em poder. Esse poder da informação, associado aos contemporâneos meios de comunicação de massa, possui capacidade infinita de mudar culturalmente a sociedade como um todo. E a informação, quando aplicada corretamente, contribui como instrumento de sucesso, caso contrário, pode levar ao fracasso, dependendo do seu emprego e a quem se destina.

Na sociedade da informação, o conhecimento é renovado aceleradamente, ocasionando, assim, uma maior dificuldade para bibliotecas manterem suas publicações sempre atualizadas, tornando imprescindível a elaboração de políticas de atualização e expansão dos acervos voltados para o perfil dos usuários.

A gestão da coleção é fator fundamental à plena consecução dos objetivos das bibliotecas. A formação, desenvolvimento e organização do acervo devem ser encarados como um processo permanente no qual as atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais devem permanecer em contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de usuários. No caso, as bibliotecas especializadas devem atender às necessidades de informação das organizações ou empresas às quais se encontram subordinadas.

Os comentários apresentados neste trabalho são fruto de vasta pesquisa bibliográfica realizada a partir de autores consagrados na área e dos conhecimentos adquiridos através da experiência vivenciada como bibliotecária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de observação, de entrevistas e análise de questionários aplicados com os usuários.

2 BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS

As bibliotecas especializadas são constituídas por acervo que visa suprir as necessidades da organização à qual se encontram inseridas, apesar de incluir sempre um certo número de obras sobre áreas afins ou relacionadas. Possuem por objetivo facilitar o processo de recuperação de informações específicas, buscando dessa maneira, encontrar todos os caminhos de direção da informação. Seus objetivos procedem dos objetivos das organizações as quais pertencem; seus usuários geralmente são funcionários, pesquisadores, técnicos, cientistas etc, com o mesmo intuito, instituindo uma clientela especializada e limitada.

Dentre as funções das bibliotecas especializadas destacamos:

- fornecer informação de forma rápida e eficaz, centrada em uma área do conhecimento, buscando atender as necessidades dos usuários.
- realizar um tratamento exaustivo nos documentos, ampliando os recursos de recuperação da informação;
- disseminar seletivamente a informação;
- proporcionar o acesso a bases de dados especializadas na área de interesse da coleção da biblioteca;
- permitir a recuperação aprofundada de informações sobre assuntos específicos da área.

As bibliotecas especializadas se originam da necessidade de órgãos governamentais, universidades (bibliotecas setoriais) ou empresas (industriais ou comerciais). Atuam como importantes agentes disseminadores dos conhecimentos necessários nos estudos e tomadas de decisões das instituições das quais fazem parte. Devem as mesmas desenvolver um bom planejamento na formação de suas coleções, a fim de satisfazerem seu público específico.

Na maioria das bibliotecas especializadas, as publicações periódicas são de primordial importância, mas constatamos também a existência de relatórios, folhetos, normas, monografias, teses, obras de referências especializadas, maquetes, croquis, slides, projetos, fotos, vinil, software gerais, CD Rom de imagem/vídeo, fitas de vídeos, bases de dados, DVD e outros materiais publicados em separata que são armazenados em quantidade significativa, exigindo dos bibliotecários um enorme esforço para localização e obtenção dos itens desejados.

Outras características diferenciais das bibliotecas especializadas são:

- usuários com elevado nível de formação e exigentes nas suas pesquisas;
- os bibliotecários responsáveis pela biblioteca devem possuir conhecimento na área a que se destina a coleção;
- acervo composto por uma diversidade de suportes informacionais;
- interação e dependência contínua com outras bibliotecas e centros de informação da mesma especialidade;
- um alto nível de automação dos serviços, a fim de possibilitar uma melhor recuperação da informação;

Os clientes das bibliotecas especializadas são geralmente pertencentes à própria instituição a qual a biblioteca encontra-se subordinada, com necessidades e exigências bastante complexas, daí a importância de se elaborar uma eficaz política de desenvolvimento de coleções.

3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A coleção deve ser desenvolvida tomando por base um plano preestabelecido que garanta sua continuidade e adequação necessária à formação da coleção (tanto em termos de conteúdo quanto de formato).

A política de desenvolvimento de coleções é conceituada por Lima e Figueiredo (1984) como um conjunto de normas e diretrizes que buscam determinar ações, descrever estratégias gerais, estabelecer instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e no desenvolvimento de coleções, em sintonia com os objetivos da instituição, dos diferentes tipos de serviços de informação e dos usuários do sistema.

Visando nortear a formação e expansão de seu acervo, a biblioteca deve estabelecer sua política de desenvolvimento de coleções que será materializada em documento, onde serão levadas em consideração, dentre outros, os seguintes dados essenciais: os objetivos da biblioteca, o estado atual da coleção, as necessidades informacionais da comunidade a ser servida, orçamento e outros recursos informacionais disponíveis (consórcios entre bibliotecas).

Deve constar no documento a indicação da responsabilidade nas decisões para a seleção do acervo, ou seja, se deve haver uma comissão. Romani

e Borszcz (2006) recomendam que esta comissão seja composta por:

- 1 bibliotecário, responsável pela unidade de informação;
- 1 representante das principais áreas de atuação (ou departamentos acadêmicos) da instituição à qual está diretamente subordinada;
- 1 representante da área administrativa (setor de compras).

Recomenda-se que a coordenação dessa comissão seja de responsabilidade do bibliotecário, o qual precisará convocar os demais membros para reuniões periódicas e/ou reuniões extraordinárias. Quando ocorrer impossibilidade de agrupar a comissão, o bibliotecário tem o poder de decisão.

Para Vergueiro (1989), a política deve ser proposta por uma equipe/comissão formada por profissionais, usuários e assessores, devidamente analisada e aprovada pelos órgãos competentes. Precisa ser explicitada por um documento flexível que permita acréscimo e modificações, o qual deve conter a identificação dos responsáveis, os critérios utilizados no processo, os instrumentos auxiliares, as políticas específicas e os documentos correlatos.

Segundo Dias e Pires (2003), esse documento deve ser elaborado por uma equipe/comissão de seleção, visando garantir a representatividade da comunidade nas atividades do serviço de informação, contribuindo para uma expansão racional, equitativa e equilibrada do acervo. Essa comissão deve se responsabilizar por:

- analisar os objetivos gerais da organização à qual está inserida a biblioteca;
- definir a extensão e a profundidade na cobertura temática da coleção, segundo os diferentes níveis da comunidade a ser atendida;
- conhecer a situação da coleção a fim de elaborar o orçamento necessário para solucionar os problemas;
- proceder à análise quantitativa da coleção;
- cobrir áreas de maior demanda da comunidade, definindo as prioridades da seleção;
- determinar critérios para intercâmbio de material bibliográfico;
- determinar critérios para recebimento de doações e descartes.
- procurar atender a todas as sugestões, comunicando ao solicitador sobre a aquisição ou não do item solicitado;

- determinar critérios para preservação e conservação dos materiais (encadernação e restauração etc);
- definir critérios para avaliação do valor da coleção;
- definir critérios para duplicação de documentos;
- coordenar a reavaliação periódica da coleção, a fim de definir quando e sob quais condições o material será remanejado e descartado do acervo.

Embora não seja uma tarefa fácil, por demandar um minucioso e contínuo estudo, a elaboração desse documento servirá como diretriz para o estabelecimento de estratégias de ações e atuará como instrumento delimitador de critérios na tomada de decisões para a composição e desenvolvimento do acervo.

A etapa mais importante da política de desenvolvimento de coleções é o processo de seleção, pois por meio dele se garante a qualidade e o ajustamento do acervo para atender a contento as reais necessidades dos usuários.

4 POLÍTICA DE SELEÇÃO DA COLEÇÃO

Observando-se a grande produção editorial, torna-se imprescindível a seleção criteriosa de títulos para o crescimento racional e equilibrado da coleção, buscando-se eleger regras claras que habilitem o responsável pelo gerenciamento do acervo a optar por determinados materiais, em prejuízo de outros. Ressalta-se, porém, que a política de seleção, definidora dos critérios orientadores das obras a serem incorporadas ou excluídas do acervo, é determinada pela política global.

Segundo Figueiredo (1991), esse processo, quando bem executado, irá assegurar a qualidade e o tamanho da coleção em concordância com as necessidades informacionais dos usuários. Muller (2000, p. 24) destaca ainda, que "a política de seleção do acervo deve ser muito bem planejada e suplementada por esquemas de cooperação com outras bibliotecas".

Este procedimento na seleção é indispensável, visto que de nada valeria ter um acervo imenso, porém inadequado aos nossos clientes, pois, sem eles, a biblioteca não passaria de um depósito de documentos, e deixaria de realizar seu papel de organizar, processar e disseminar as informações, objetivando sua difusão e criando meios para a proliferação do saber para futuras gerações.

Com o propósito de conhecer os materiais de interesse para a biblioteca, lançados no mercado editorial, os bibliotecários recorrem a diversas fontes de informação. De acordo com o tipo de biblioteca, variam os instrumentos que são utilizados. Alguns instrumentos de seleção:

- catálogos de editores, encartes de lançamentos, anúncios;
- catálogos de obras publicadas em um país (Ex. no Brasil – Catálogo Brasileiro de Publicações);
- bibliografias e listas de materiais recomendados;
- lista de reserva;
- resenhas críticas por revisores qualificados, publicadas em periódicos especializados.

A seleção está totalmente vinculada à finalidade da biblioteca, podendo ser restrita ou não-restrita. A instituição criadora, ao elaborar o Regimento interno da Biblioteca, determinará o público a ser alcançado e também sua finalidade. A comunidade alvo poderá ser restrita, se apenas os funcionários da instituição tiverem acesso à coleção. Nesse caso, a biblioteca tem finalidade restrita, servindo somente aos interesses diretos da instituição mantenedora. Porém, inexistindo limitações ao tipo de usuário, tendo a comunidade em geral acesso ao acervo, a finalidade da biblioteca será não-restrita. Geralmente, os serviços prestados ao público em geral, são de menor extensão que os oferecidos aos clientes vinculados diretamente à instituição, no caso de biblioteca não-restrita.

Os usuários influenciam o processo de seleção, não apenas como um dos fatores decisivos na preferência dos títulos, mas também contribuem com suas sugestões. As indicações recebidas daqueles que freqüentam a biblioteca, colhidas por meio do estudo de usuários, são relevantes na seleção do acervo. Esse estudo é realizado cuidadosamente com o uso de instrumentos de pesquisa (entrevistas, questionários, formulários, observação etc). Dessa forma, conhecem-se melhor as necessidades informacionais, mudanças de interesses e expectativas, incluindo-se a visão dos usuários na tomada de decisão. Vale ressaltar, que os usuários tendem a ser parcial, indicando, muitas vezes, publicações de interesse predominantemente particular, em oposição aos interesses das instituições. Sendo assim, o responsável pela seleção deverá verificar se a aquisição do título sugerido irá acarretar o desvio de finalidade da biblioteca, pois ela deverá ser fiel às necessidades da instituição a que está organicamente vinculada.

Uma biblioteca de finalidade restrita, conforme definido acima, como é óbvio, não realizará uma pesquisa de opinião com a comunidade em geral, mas apenas com os usuários ligados diretamente à instituição. Já uma biblioteca de finalidade não-restrita, deverá considerar, para fins de pesquisa de interesse, um universo maior. Do exposto acima, o estudo de comunidade dependerá do tipo de finalidade da biblioteca.

No caso de limitação de recursos, com base na coleção atual, analisaremos se o acervo já não está suprimindo, mesmo que por meio de títulos alternativos, a demanda informacional contida no título requerido em sugestão. Em tempos de parcos orçamentos, não poderá a biblioteca se dar ao luxo de adquirir um novo título, se a informação nele contida já faz parte do acervo atual.

O bibliotecário precisa ter bem claro em sua mente que um único instrumento de seleção raramente o munirá com todas as informações essenciais para composição do acervo, mesmo sendo caso das bibliotecas especializadas, que destinam sua coleção a uma área do conhecimento.

Na formação e desenvolvimento do acervo, devem ser considerados os seguintes critérios: qualidade das obras quanto à adequação do material aos objetivos da Instituição, autoridade do autor e/ou editor, atualidade, escassez de material sobre o assunto na coleção, nível de cobertura/tratamento, condições físicas do material, número de usuários potenciais que poderão utilizar o material, aparecimento do título em bibliografias e índices, delimitação por idiomas e mudanças de campo de interesses pelos usuários.

O processo adequado de seleção do acervo tem como conseqüência a satisfação da comunidade receptora dos serviços informacionais. Após a elaboração da lista de documentos a serem adquiridos, passa-se então à etapa de implementação das decisões referentes à seleção para obtenção das publicações.

5 PROCESSO DE AQUISIÇÃO

A coleção é formada por meio dos processos de compra, doação e permuta. A concretização desse processo, por compra, requer um trabalho esmiuçador por parte do profissional encarregado, para que haja uma perfeita correspondência entre a lista sugerida de aquisições e os materiais adquiridos. Já em relação à doação e à permuta, não se exige tanto empenho do profissional. Todo

material originário dessas modalidades deve ser analisado antes de sua incorporação definitiva ao acervo para não se criar uma coleção imensa, porém, fora da realidade dos interesses a que se destina.

Na Administração Pública, os materiais bibliográficos (livros, periódicos e outros) são classificados como “material permanente”. Nessas instituições, os processos de compras devem ser executados conforme destaca a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo realizados através de licitação, que engloba três modalidades: convite, tomada de preço e concorrência, variando conforme os valores de compra.

Antes da compra, devem ser previamente definidos a origem e a disponibilidade dos recursos financeiros a serem usados na aquisição. Andrade (1996) salienta que, na prática, o orçamento previsto para aquisição de materiais nem sempre corresponde aos recursos liberados, ocasionando o não atendimento de todas as necessidades consideradas prioritárias.

Vale advertir que parte da verba para aquisição de materiais informacionais deve ser reservada para assinaturas de periódicos, compra de multimeios, obras raras, entre outros.

Diante da escassez financeira, na maioria das organizações, é essencial e considerar as possibilidades de partilhar os recursos para a redução das dificuldades com o desenvolvimento de coleções, buscando-se otimizar a aplicação dos recursos.

A aquisição cooperativa, exemplo desse compartilhamento de recursos, é a decisão de várias bibliotecas de uma localidade, com os mesmos interesses e especializações de assuntos, em estabelecerem uma rede de aquisição com trocas de informações permanentes. A idéia é que o acervo de cada biblioteca seja disponibilizado aos usuários das demais. Um título poderá até mesmo deixar de ser adquirido se uma das bibliotecas cooperadas já o tiver comprado. Esse tipo de acordo entre bibliotecas é de relevante contribuição, principalmente no que diz respeito ao acesso cooperado aos periódicos e às bases de dados cujos conteúdos são encaminhados, através de cópias, para a biblioteca solicitante, assegurando-se sua disponibilização a maior número de usuários.

O compartilhamento de recursos informacionais exacerba o uso e, dessa forma, favorece uma melhor relação custo/benefício, principalmente das publicações pouco solicitadas, pois aumenta sua utilização e circulação. Na aquisição cooperativa, deve ser observada, para cada título, a relação demanda

da rede versus quantidade de exemplares, pois nem sempre o volume de duplicatas irá atender a necessidade de todos os usuários, principalmente se os títulos forem muitos solicitados. Considerando a relação acima (demanda da rede/volume de duplicatas), pode-se também evitar o investimento em duplicatas. Dessa forma a biblioteca é levada a economizar dinheiro, processamento técnico e espaço no armazenamento de materiais.

6 AVALIAÇÃO DA COLEÇÃO

A avaliação da coleção deve ser sistemática e entendida como um processo empregado para medirmos a importância e a adequação do acervo com vistas à finalidade da biblioteca, possibilitando a manutenção ou a alteração dos parâmetros relativos à aquisição, à acessibilidade e ao descarte. Portanto, é imprescindível ao bibliotecário estar inteirado dos assuntos e das transformações ocorridas na área relativa a especialidade de sua biblioteca.

Os métodos utilizados para avaliação do acervo são: **quantitativos** (tamanho e crescimento) e **qualitativos** (julgamento por especialistas, análise do uso real). Os resultados da avaliação são comparados e analisados, buscando-se a extração de conclusões objetivas a serem usadas na política de desenvolvimento de coleções.

A avaliação qualitativa, por meio do julgamento por especialistas no assunto, pode trazer alguns problemas, conforme destaca Lancaster (1996): o especialista, talvez, não seja completamente imparcial, como também, pode não estar familiarizado com o perfil da comunidade que a biblioteca atende.

Figueiredo (1991) enfatiza que um meio para realizar a avaliação é através da análise comparativa do que é comprado versus o uso subsequente. Essa análise favorece o melhoramento da seleção, pela identificação dos tipos de material com pouca chance de ser utilizado.

7 DESBASTAMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO E ESPECIAL

Consiste no processo pelo qual se retira do acervo ativo, títulos e/ou exemplares, após criteriosa avaliação para remanejamento, descarte ou conservação (restauração). É um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade

da coleção. Ocorre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção e deve ser feito de acordo com o julgamento da Comissão de Biblioteca, em períodos de 03 (três) a 05 (cinco) anos de intervalo.

Desbastamento não se refere unicamente a um simples expurgo de materiais, conforme se vê no descarte. Envolve também o remanejamento e conservação/preservação da coleção.

A execução do descarte exige experiência profissional, pois requer o conhecimento dos reais interesses da comunidade alvo. O material desatualizado ou obsoleto irá ser retirado ou não incluído na coleção ativa, e será eliminado, ficando disponível para fins de doação a bibliotecas interessadas, dependendo do estado físico da obra. Não tem fundamento a guarda de material que não corresponda mais aos interesses dos usuários, além de seu expurgo possibilitar a economia de espaço, maior facilidade de acesso ao acervo e mais eficiência no atendimento ao usuário.

Para uma maior eficácia desta atividade, é recomendado que se apliquem no momento da apreciação para exclusão dos materiais informacionais os mesmos critérios usados no processo de seleção. Deve haver homogeneidade entre a forma de seleção de materiais a serem incorporados ao acervo e a maneira como a comissão executa o descarte.

Fazemos o remanejamento quando transferimos os títulos não mais utilizados da coleção ativa para outro espaço, onde os mesmos ficarão por um período estabelecido na política de desenvolvimento de coleções, em observação, a fim de analisarmos se o título será ainda solicitado pelos usuários.

O remanejamento é um processo de transição realizado, normalmente, antes do descarte. Seu principal objetivo é evitar o descarte prematuro de alguma obra. Vale destacar que ele é um processo dispensável, já que se não houver dúvidas quanto à obsolescência do título, poderemos fazer o descarte imediatamente.

Conservação/preservação é a retirada temporária de publicações do acervo ativo por necessitarem de restauração. Geralmente, são raras as obras selecionadas para reparação, sendo, pois importantes na composição do acervo por possuírem valor histórico, cultural etc.

O desbastamento está para a biblioteconomia, assim como a seleção natural, de Charles Darwin, está para a ciência. Aquilo que não

é usado, se extingue, atrofia, morre. Somente o que se utiliza, permanece.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas especializadas buscam atender as necessidades das instituições de que fazem parte. E, por isso, possuem seus objetivos melhores definidos, facilitando a formação e desenvolvimento de seus acervos.

Nota-se nas bibliotecas especializadas uma quantidade superior de documentos não convencionais, exigindo dos bibliotecários um maior empenho na busca, obtenção e processamento técnico desses materiais.

Verificam-se nos usuários de bibliotecas especializadas um nível elevado de qualificação, tornando-os mais exigentes nas solicitações das suas pesquisas por serem mais complexas.

As coleções precisam evoluir, harmoniosamente, em todas as áreas do acervo, evitando-se seu crescimento desordenado, sem metas ou objetivos definidos. Figueiredo (1999) recomenda que a coleção precisa ser equilibrada, tomando por base os relatórios estatísticos coletados regularmente. Com base nestes relatórios, onde for constatado maior uso, a coleção deverá ser fortalecida, incrementada, melhorando-se sua oferta e exploração. Se for observado baixo uso, a coleção poderá ser mais fraca, de menos recursos, dada a pouca solicitação e o alto custo benefício envolvido. Em se tratando de área do conhecimento sem demanda, não será preciso manter coleção alguma, pois demonstrada estará a completa inutilidade de se manter os títulos relacionados à referida área.

Selecionar o que será agrupado ou excluído da coleção é uma atividade intelectual e funcional, ao mesmo tempo em que põe em prática o desenvolvimento de coleções de acordo com os objetivos e metas da organização e dos interesses da comunidade.

A falta de recursos financeiros, fator importante a ser considerado na gestão das coleções, alcança as bibliotecas e os serviços de informação, e para amenizar seus efeitos, tem se buscado o compartilhamento racional indireto de recursos, por meio da conjugação de recursos informacionais, onde podemos tomar como exemplo a aquisição cooperativa.

Apresenta-se a necessidade de se elaborar uma política de desenvolvimento da coleção com

um máximo de aproveitamento dos recursos financeiros, do espaço físico e das formas variadas de prestação de serviços, guiando-se pelos objetivos da instituição mantenedora. A tomada de decisão quer seja na seleção, aquisição e avaliação, norteada pela política de formação do acervo adotada como a melhor para a realidade orçamentária, cultural e finalística do órgão criador.

O processo de remanejamento do acervo é fundamental para a organização e disponibilização da coleção, tendo em vista que o espaço físico

disponível muitas vezes não dispõe de condições para a expansão e crescimento.

Quanto à realização do desbastamento, observou-se que ocorre sempre em razão de um processo permanente de avaliação do acervo, visando manter a coleção sempre dentro do nível de satisfação da comunidade. A qualidade do acervo está condicionada à flexibilidade para modificar ou ajustar a política de desenvolvimento de coleções, sempre que for constatado que a biblioteca não está atendendo aos reais interesses dos seus usuários.

FORMATION AND DEVELOPMENT COLLECTIONS IN SPECIALIZED LIBRARIES

ABSTRACT

This work presents collection development for specialized libraries. This serves as base for planning directions for, rational and balanced collection development. The work also aims to propose quality criteria for selection, acquisition and evaluation processes of information. The speed in which information is renewed imposes difficulties for libraries to keep up with the new publications it dealt with. The elaboration of a collection development policy is suggested as a conclusion. Collection development is seen here as a parameter to help the librarian in decision making. This is done to the selection and acquisition processes of the material that will be incorporated to the collection for quality maintenance.

Keywords

INFORMATIVE MATERIAL MANAGEMENT
FORMATION AND DEVELOPMENT COLLECTIONS
COLLECTION DEVELOPMENT POLICY
COLLECTION MANAGEMENT
SPECIALIZED LIBRARY

Artigo recebido em 28.09.2006 e aceito para publicação em 03.02.2007

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Valdomiro. *Aquisição de materiais de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

ASHWORTH, Wilfred. *Manual de bibliotecas especializadas e serviços informatizados*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. *A questão da informação*. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/quest/quest.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2003.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. *Formação e desenvolvimento de serviços informacionais*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Metodologias para a promoção do uso da informação: técnicas aplicadas*

particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel, 1991.

_____. *Paradigmas modernos da Ciência da informação*. São Paulo: Polis, 1999.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. *Introdução às ciências e técnicas da informação e documentação*. Brasília: IBICT, 1994.

LANCASTER, F. W. *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, R. C. M. de; FIGUEIREDO, N. M. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.13, n.2, p.137-150, jul./dez. 1984.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

- MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). *Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004.
- _____. A qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídicas. In: CIBERÉTICA, 2., 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/7-13-e1-13.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2004.
- _____. Bibliotecas universitárias: gerenciamento de materiais informacionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.snbu2006.ufba.br/soac/viewabstract.php?id=48>>. Acesso em: 22 set. 2006.
- _____. Critérios de avaliação para coleções de periódicos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2004. 1 CD-ROM.
- MULLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELO, Bernadete Santos (Org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci (Orgs.). *Unidades de informação: conceitos e competências*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.
- VERGUEIRO, Valdomiro de Castro Santos. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989. (Coleção Palavra-chave, 1).
- _____. *Seleção de materiais de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.
- _____. *Qualidade em serviços de informação*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.